

Apresentação da Economia Não Observada (ENO): uma perspectiva de abordagem em relação ao Baile Charme do Viaduto de Madureira¹

Cynthia Maciel Duarte

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Resumo

Este artigo apresenta o conceito de Economia Não Observada (ENO) com o intuito de promover o debate sobre essa perspectiva e, futuramente, empregá-la no estudo do Baile Charme do Viaduto de Madureira, em pesquisa de doutorado que se inicia na PUC-Rio. Desenvolvida recentemente, a ENO é composta por “atividades produtivas realizadas pelas famílias informalmente ou para o uso próprio, atividades que são deliberadamente subdeclaradas pelos produtores, atividades ilegais, e, ainda, as estatisticamente subcobertas” (NETO; RAMOS, 2014, p. 1). Desde os anos 1990, tem recebido destaque nas comissões de estatística ligadas às contas nacionais. Isso porque, no Brasil, como em outros países em desenvolvimento, a ENO tem peso considerável na geração do valor adicionado pela relevância de atividades produtivas familiares e informais na geração de renda e emprego.

Palavras-chave

Economia Não Observada; Baile Charme; Viaduto de Madureira

Corpo do trabalho

Este trabalho compõe os primeiros ensaios a respeito da investigação do Baile Charme do Viaduto de Madureira no tocante ao seu potencial de contribuição com a economia local. O estudo é parte de uma pesquisa que começa a ser delineada no curso de doutorado do Programa de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). O foco é a identificação e análise do potencial de geração de emprego (formal e informal), renda (formal e informal), impostos do Baile. Em última instância, em uma sociedade que valoriza tanto as relações econômicas, trabalha-se com a hipótese de que, salientando-se essa contribuição do Baile em termos econômicos, é possível empoderar como atores sociais aqueles que nem sempre são evidenciados como tais.

O artigo traz um apanhado geral sobre o Baile Charme do Viaduto de Madureira, objeto do estudo, mas se atém especialmente a explicar a Economia Não Observada (ENO).

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Música e Entretenimento, XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

O intuito é apresentar o conceito e discutir entre estudiosos da comunicação essa possibilidade de abordagem.

As informações sobre a ENO têm como fonte principal o artigo “A economia não observada no Brasil: um estudo baseado na metodologia do Sistema de Contas Nacionais” (2014), de João Hallak Neto, analista do IBGE e doutorando em economia pela UFRJ, e Roberto Olinto Ramos, Coordenador de Contas Nacionais do IBGE, publicado na Revista de Economia Contemporânea do Instituto de Economia da UFRJ.

Apresentação da Economia Não Observada (ENO)

A dificuldade não se restringe ao Brasil. Segundo João Hallak Neto e Roberto Olinto Ramos (2014), do IBGE, em todos os países, há certos tipos de atividades mais difíceis de serem contabilizadas diretamente pelo sistema regular de estatística, que fornece dados para a cobertura da produção econômica da nação, representada no Sistema de Contas Nacionais (SCN). Essas atividades não contabilizadas formam a Economia Não Observada (ENO). Desenvolvida recentemente, a ENO é composta por “atividades produtivas realizadas pelas famílias informalmente ou para o uso próprio, atividades que são deliberadamente subdeclaradas pelos produtores, atividades ilegais, e, ainda, as estatisticamente subcobertas” (NETO; RAMOS, 2014, p. 1).

Neto e Ramos afirmam que, embora decrescente em termos proporcionais nos últimos anos², a ENO possui ainda um peso relevante para o país. Parte significativa da ENO está ligada à produção das unidades familiares. No Brasil, assim como nos demais países em desenvolvimento, as atividades produtivas familiares e informais têm relevância para a geração da renda e são importantes fontes de emprego para um grande número de trabalhadores.

A existência da ENO é justificada pelas deficiências no programa de compilação de dados básicos, conhecidas na literatura internacional como estatística subterrânea. São as fontes de dados regulares que alimentam o sistema estatístico nacional, composto por todas as organizações e unidades de um país que, conjuntamente, coletam, processam e disseminam as estatísticas oficiais. As instituições fornecem dados econômicos básicos de diversas fontes, como pesquisas econômicas ou domiciliares, censos populacionais, registros administrativos, registros fiscais, balanços contábeis, entre outros. No Brasil, a compilação desses dados cabe ao IBGE.

² É possível que haja uma mudança nesse contexto diante da crise econômica.

Desde os anos 1990, a ENO tem recebido destaque nas comissões de estatística ligadas às contas nacionais. Em 1993, a Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (UNECE) divulgou o trabalho pioneiro *National Accounts Survey of National Country Practices*, sobre a contribuição de nove países em relação a práticas de estimação de atividades da economia informal e subdeclarada para as contas nacionais.

Um segundo levantamento foi realizado em 2001 pela mesma entidade, dessa vez com 29 países membros. A publicação contribuiu para a elaboração do *Manual da OECD³ para a Economia Não Observada* (OECD, 2002), um guia padronizado sobre quais são as melhores práticas para a completa estimação do PIB considerando as atividades não observadas.

A UNECE realizou, em 2008, um terceiro levantamento sobre as práticas de 43 países em relação ao tratamento da ENO (UNECE, 2008). Nesse trabalho, os objetivos foram apresentar um inventário das práticas correntes de estimação da ENO nos distintos países, prover uma plataforma para a comparação das diferentes abordagens utilizadas e apresentar uma referência para os países que desejam ampliar seus esforços para a estimação exaustiva do PIB, levando em conta as atividades observadas e não observadas em seu cálculo (UNECE, 2008, p. 1).

Neto e Ramos (2014) destacam que a busca pela completa mensuração da renda nacional é de extrema importância, especialmente se forem consideradas as importantes decisões derivadas desse indicador. Subavaliar a renda nacional pode gerar dificuldades para usuários e também para os responsáveis pela elaboração das contas nacionais. A deficiência na cobertura econômica causa problemas em termos de valor, como um PIB subestimado, por exemplo, e de tendência, como taxas imprecisas de crescimento da economia.

A ENO é sensível ao dinamismo econômico e a alterações em aspectos legais e institucionais vigentes no país. A produção realizada pelas famílias em geral tem uma variação inversa à evolução do restante da economia. Em períodos de crescimento, a produção informal e de bens para o próprio uso tende a aumentar de forma mais lenta se comparada à produção formal, pois a força de trabalho encontra melhores oportunidades de emprego nas unidades formais da economia. Neto e Ramos afirmam que o Brasil experimentou tal fenômeno depois do ciclo de crescimento econômico iniciado em 2004, após o qual a economia nacional ganhou um perfil mais formalizado. Por sua vez, na

³ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD).

década de 1990, diante de um baixo crescimento do PIB e de uma taxa maior de desemprego, o setor informal ganhou mais participação na economia brasileira.

Uma alteração na legislação tributária ou nas condições de acesso ao crédito para as microempresas também exerce impacto significativo na inclusão das unidades produtivas no setor formal. Assim, é seguro afirmar que os resultados, a extensão e a estrutura da parte não observada da economia variam consideravelmente entre os países e são dependentes não só de aspectos como o alcance do sistema nacional de estatística, mas também do estágio de desenvolvimento da economia, da legislação vigente e da organização da sociedade.

No contexto internacional, é natural que a ENO apresente maior peso nos países em desenvolvimento, pela maior informalidade e menor fiscalização, em relação aos países mais desenvolvidos. A cobertura do sistema nacional de estatística, que tende a ser maior nos países mais desenvolvidos, também ajuda a explicar essa situação.

O conceito de produção também é importante para o entendimento da ENO. Ele é fundamental para a elaboração das contas nacionais. As regras que determinam o que deve ser incluído ou não como produção definem a *fronteira de produção* do SCN, que, por sua vez, determina o escopo da maioria das transações nas contas nacionais, a começar pelo que deve ser considerado como produto.

Para o entendimento da ENO, parte-se do pressuposto de que toda a produção de bens e serviços que esteja dentro da fronteira da produção deve ser considerada para os cálculos das variáveis das contas nacionais. Esta, segundo o SNA⁴-2008, se refere à produção destinada ao mercado, incluindo venda ou permuta. Inclui também os bens e serviços fornecidos gratuitamente às famílias ou à comunidade pela administração pública ou por instituições sem fins lucrativos a serviço das famílias, bem como algumas atividades realizadas pelas famílias para o próprio uso (UN, 2009, par. 1.40, p. 6).

Categorias da ENO

Os processos de produção não registrados oficialmente não seguem um padrão, tendo naturezas distintas. Neto e Ramos (2014) explicam que, de acordo com o Manual de ENO (OECD, 2002, p. 13-14), as cinco categorias que potencialmente integram a ENO, e que podem se sobrepor, são (p. 41):

⁴ Sigla de *System of National Accounts*. Trata-se do conjunto padrão internacionalmente aceito de recomendações sobre como compilar as medidas de atividade econômica. Mais em: <http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna.asp>

1- A produção do setor informal

Caracteriza-se por um baixo nível de organização, ausência de divisão clara entre trabalho e capital enquanto fatores de produção e por produção destinada prioritariamente ao mercado. Em geral, a produção informal possui maior peso nas atividades econômicas de serviços, comércio e construção civil.

2- Produção das famílias para uso próprio

Inclui a produção de alimentos e pecuária ou de outros bens para consumo próprio, a própria construção ou a própria formação de capital fixo, o aluguel imputado e o serviço doméstico remunerado. Também são incluídas na categoria a produção de outros empreendimentos familiares que não sejam classificados como informais, como as atividades de aluguel efetivo e da agropecuária familiar voltada para o mercado.

3- Produção ilegal

Atividades produtivas que geram bens e serviços proibidos pela lei. Inclui atividades produtivas que são legais, mas que se tornam ilegais ao serem produzidas por agentes não autorizados. Exemplos: produção e tráfico de drogas ilícitas, prostituição, venda de bebidas alcoólicas a menores de idade ou realização de algum serviço profissional sem o registro legal da profissão.

4- Produção subdeclarada

Atividades produtivas que não são declaradas, integralmente ou parcialmente, às autoridades públicas para evitar o pagamento de impostos e contribuições; o cumprimento de normas legais relacionadas com o trabalho, segurança ou saúde; o cumprimento de procedimentos administrativos, tais como, questionários estatísticos ou registros administrativos. A produção subdeclarada pode ou não ser legal, do ponto de vista jurídico e pode ocorrer em qualquer atividade econômica nos setores empresariais ou nas famílias.

5- Produção subcoberta por deficiências da estatística

Tais deficiências podem ocorrer porque novas empresas ainda não foram incluídas nos cadastros estatísticos e, por isso, não foram investigadas. Outra razão pode ser a

não resposta dos questionários em razão do não recebimento pelo destinatário, por exemplo, por causa de uma falta de atualização no endereço cadastral.

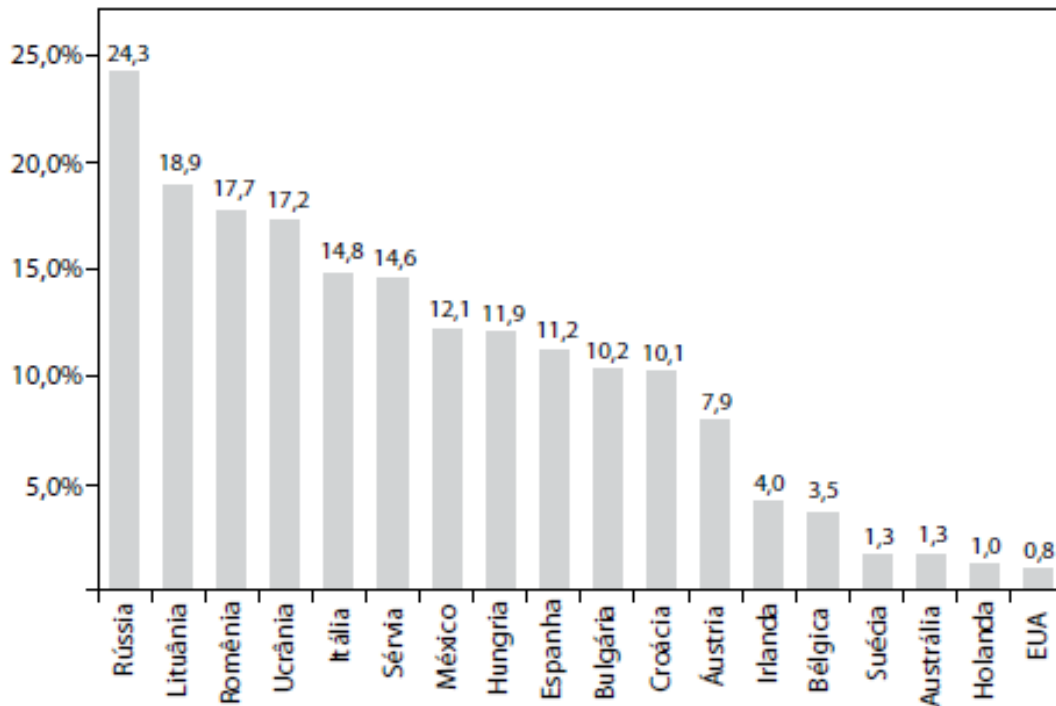
Algumas atividades da ENO também podem estar relacionadas com a economia observada. As recomendações internacionais não exigem que se distingam cada uma das cinco áreas, ou mesmo a ENO isoladamente. O importante é que a economia observada e a não observada sejam incorporadas na fronteira de produção do sistema.

Alguns métodos de pesquisa ou de estimação são indicados para eliminar as insuficiências dos programas de compilação. Fontes bastante comuns são censos demográficos ou econômicos, estatísticas de empresas, pesquisas domiciliares, pesquisas de força de trabalho, registros administrativos de empregos, fiscais e tributários, cadastros de seguridade social, registros policiais e estatísticas de comércio exterior. As pesquisas de força de trabalho, as pesquisas de orçamento familiar e os registros fiscais são também amplamente aplicados para uma variedade de atividades em diversos países. Outras fontes são utilizadas para levantamentos específicos de determinadas atividades por alguns países, como o contrabando de cigarros, a produção ilegal de bebidas, a produção e comercialização de drogas ilícitas e a incidência da prostituição.

Mensuração da ENO

Segundo Neto e Ramos (2014), o mais recente levantamento internacional sobre as práticas correntes de mensuração da ENO foi feito pela UNECE em 2008. Revelou que países como Rússia, Lituânia e Romênia estão dentre os que possuem a maior contribuição da ENO nas estimativas divulgadas de PIB, superando os 15% (p. 48). Por outro lado, países como Suécia, Austrália, Holanda e EUA informaram que menos de 1,5% do PIB corresponde às estimações da ENO, conforme ilustra o Gráfico 1.

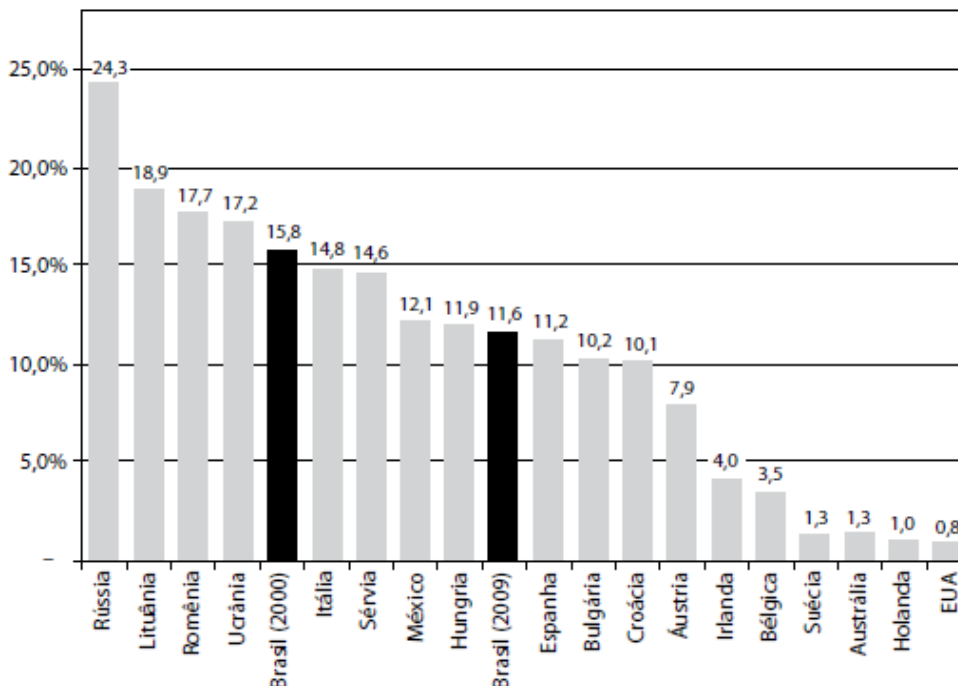
Gráfico 1 - Atividades não observadas incluídas no PIB de países selecionados (participação percentual – anos em torno de 2000)



Fonte: NETO; RAMOS, 2014, p. 48

Neto e Ramos destacam que, comparando o peso da ENO brasileira no ano 2000 com os resultados dos demais países analisados, conforme mostra o Gráfico 2, percebe-se que o Brasil situa-se na quinta posição dentre os países de maior taxa de PIB não observado, seguido por Itália (14,8%) e Sérvia (14,6%) (p. 52). Caso a comparação seja feita usando o resultado de 2009, o país ocuparia a nona colocação, próximo a México (12,1%), Hungria (11,9%) e Espanha (11,2%). O que a análise revela é que a economia brasileira concentra um peso significativo na produção familiar e informal.

Gráfico 2 - Posição relativa do Brasil segundo o peso da ENO no PIB: Brasil (2000 e 2009) e demais países (anos em torno de 2000)



Fonte: NETO; RAMOS, 2014, p. 52

Baile Charme do Viaduto de Madureira

A apresentação da ENO está relacionada à proposta de aplicação de seus conceitos ao estudo do Baile Charme do Viaduto de Madureira, no tocante aos aspectos econômicos envolvidos direta ou indiretamente com o Baile. É importante destacar que o Baile não está sendo considerado neste trabalho como possuir somente de atividades que compõem a ENO. O que está se considerando é a possibilidade de existência dessas atividades em paralelo àquelas pertencentes ao grupo da Economia Observada.

Conhecido não apenas pela música, mas pela preocupação em contribuir com a sociedade, por meio, dentre outras ações, de oficinas de danças e campanhas beneficentes promovidas por seus organizadores e apoiadores, o Baile é um dos mais antigos eventos de música com atividade ininterrupta realizados em espaço público da cidade do Rio de Janeiro.

Criado há 25 anos, a partir dos anos 2000 tornou-se um *point* da *black music* carioca. Todo sábado à noite, o evento transforma uma área conhecida como local de passagem e comércio - embaixo de um viaduto, tradicionalmente identificado por abrigar

camelôs - em um espaço de lazer, troca de afetos, valorização da dança e da moda *black* e geração de renda pela atividade cultural.

O Baile Charme do Viaduto de Madureira foi primeiramente denominado Charme na Rua, idealizado pelo produtor de eventos Cesar Ataíde e realizado com a ajuda de camelôs da região. Hoje, Dutão⁵, como o Baile também é conhecido entre os frequentadores, reúne cerca de duas mil pessoas na noite de sábado para domingo sob o viaduto Negrão de Lima, entre as duas rampas de carros que dão acesso ao Viaduto.

Tendo inspirado um baile charme na novela Avenida Brasil, exibida na Rede Globo em 2012, no ano seguinte, o Baile Charme foi cadastrado como bem cultural e registrado como Patrimônio Cultural Carioca de natureza imaterial pelo Decreto nº 36.803, de 27 de fevereiro de 2013. Em 2000, a área em que o evento é realizado já tinha recebido a denominação Espaço Cultural Hip Hop Charme pela Lei nº 3087, de 8 de agosto de 2000. Atualmente, está em tramitação na Câmara Municipal do Rio de Janeiro o Projeto de Lei Nº 877/2014, que inclui o Dia do Charme no calendário oficial da cidade do Rio de Janeiro, a ser celebrado em 12 de agosto. O Baile de Madureira está novamente em evidência devido à novela Babilônia, que estreou na Rede Globo em março.

Uma análise mais aprofundada do Baile se faz necessária para elencar as práticas econômicas a ele relacionadas, formais ou informais. É provável que transações econômicas enquadradas como Economia Observada, como o pagamento do ingresso ou o consumo de bebidas durante os eventos, coexistam com transações informais, que precisam ser identificadas. Isso porque, conforme explicado durante a apresentação da ENO, as atividades econômicas não observadas podem estar contribuindo de forma velada com benefícios sociais que não estão sendo evidenciados.

Evidenciar esses benefícios pode contribuir com uma percepção diferenciada do Baile e de seus frequentadores tanto por parte dos administradores públicos quanto pela sociedade em geral.

Considerações finais

Considerando-se as características e a importância da ENO na economia nacional, a atual situação de crise financeira do país e as características do Baile Charme do Viaduto de Madureira, defende-se que considerar a ENO pode ser uma importante abordagem de estudo.

⁵ Na verdade, Dutão é o apelido do viaduto sob o qual o Baile é realizado, mas o termo muitas vezes é empregado como sinônimo do Baile.

Segundo Herschmann e Fernandes (p. 2 e 3, 2014), eventos organizados em espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro podem estar contribuindo com a constituição de encontros em torno da música que impulsionam uma série de outras atividades ligadas a aspectos culturais, sociais e econômicos. No entanto, é possível que diversas transações econômicas relacionadas a esses eventos não sejam computadas na economia observada, deixando não apenas de oferecer contribuições à economia nacional, mas também de permitir que esses eventos sejam reconhecidos enquanto atividade produtiva e contribuição social.

Conforme destacado, a proposta de estudar o Baile Charme do Viaduto de Madureira considerando a ENO não se restringe a identificar dividendos relacionados direta ou indiretamente ao Baile, mas pesquisar seu potencial de contribuição social por meio da geração de emprego (formal e informal), renda (formal e informal) e impostos. Trabalha-se com a hipótese de que, salientando-se essa contribuição do Baile em termos econômicos, é possível empoderar como atores sociais aqueles que nem sempre são evidenciados como tais.

Referências Bibliográficas

HALLAK NETO, J.; Ramos, R.O. A economia não observada no Brasil: um estudo baseado na metodologia do Sistema de Contas Nacionais. In: *REVISTA DE ECONOMIA CONTEMPORÂNEA* (2014) 18(1): p. 31-55. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/TD_IE_008_2013.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2014.

HERSCHMANN, Micael; FERNANDES, Cíntia SanMartin. Ativismo musical nas ruas do Rio de Janeiro. In: *ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (COMPÓS)*, 23., 2014a, Belém. Anais. Disponível em:

<http://compos.org.br/encontro2014/anais/Docs/GT02_COMUNICACAO_E_CIDADANIA/cintiafernandesmichaelherschmann-compos2014-gtcomunicacaoecidadania_2145.pdf>. Acesso em: 08 set. 2014.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *Measuring the Non-observed Economy: a Handbook*. Paris: OECD, 2002.

UNITED NATIONS (UN). *System of National Accounts 2008 [SNA-2008]*. New York: UN, 2009. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/SNA2008.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2012.

UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE (UNECE). *Non Observed Economy in National Accounts Survey of National Country Practices*. Geneva: UN, 2003.

UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE (UNECE). *Non Observed Economy in National Accounts Survey of Country Practices*. New York and Geneva: UN, 2008.

